



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PARECER Nº
PROCESSO Nº
INTERESSADO:

37/2023/CE/GM
00190.100855/2017-04

ASSUNTO:

Consulta sobre conflito de interesse e o exercício de atividade privada, com o fito de prestar assessoria na gestão de contas pessoais de programas de fidelidade, envolvendo pontos, milhas aéreas e assemelhados

Prezados(as) Membros da Comissão de Ética,

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta sobre o exercício de atividade privada por servidor, com o objetivo de prestar assessoria na gestão de contas pessoais de programas de fidelidade (pontos, milhas aéreas e assemelhados), protocolada em 09/06/2023, no Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses - SeCI, sob o número 00096.016425/2023-13, pelo Auditor Federal de Finanças e Controle [REDACTED], lotado na CGU, na Superintendência Regional da [REDACTED].

2. Na solicitação apresentada, consoante o art. 2º, inciso II, da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013, o requerente indicou as seguintes respostas no formulário disponibilizado:

Protocolo: 00096.016425/2023-13

Tipo de Solicitação: Autorização.

1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:

NÃO SEI IDENTIFICAR.

2 - Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:

Prestar assessoria na gestão de contas pessoais de programas de fidelidade (pontos, milhas aéreas, etc.).

3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes:

Não.

4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.

Não.

5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?

Auditoria e fiscalização pública.

6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?

Auditoria e fiscalização de entes públicos

7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.

Sim

Informações:

Consultas a dados de pessoas físicas ou jurídicas definidas pelo sistema macros quando necessárias

ao trabalho, sendo listado este no sistema antes da consulta.

8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.

Não.

9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.

Não vejo conflito, pois a atividade não tem restrição de horário, mas consulto apenas para saber, visto que nunca tive outra atividade e por sugestão de colega.

10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:

Orientação.

3. Em suma, o consulente declarou que está em exercício no órgão de origem, não ocupa cargo em comissão, tem acesso à informação sigilosa ou privilegiada e não exerce poder decisório capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar.

4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. *Ab initio*, pontua-se que o objetivo primordial do legislador da Lei de Conflitos de Interesses não foi impor restrições absolutas à liberdade do agente público, senão evitar situações que possam comprometer o interesse coletivo ou o desempenho da função pública. Logo, para que se configure uma situação de conflito de interesses, há de se demonstrar, no caso concreto, como e em que medida as atividades privadas do agente público podem causar prejuízo, seja no desempenho de suas funções seja ao interesse coletivo, tanto aquele referente ao órgão a que se vincula o agente público, como ao público em geral.

6. Os elementos apresentados oferecem uma descrição bastante para a emissão de opinião quanto ao potencial conflito de interesse envolvendo o caso supradito, atendendo aos requisitos de admissibilidade insculpidos no art. 3º, da Portaria Interministerial n.º 333, de 19 de setembro de 2013, quais sejam: **(i)** a identificação do interessado, **(ii)** referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e **(iii)** a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.

7. O servidor se reporta a sua pretensão de exercer atividade privada, mais especificamente, para prestar assessoria na gestão de contas pessoais acerca de programas de fidelidade, envolvendo pontos, milhas aéreas e afins. Outrossim, nega a existência de conflito de interesse e dano à carga horária laboral no serviço público.

8. Sobre o caso, note-se a particularidade de ser uma atividade sem horário definido, pois cuida, essencialmente, do aconselhamento ao uso ótimo de milhas aéreas. Destarte, *prima facie*, não se vislumbra a caracterização de comércio generalizado como defeso, explicitamente, no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90.

9. Acerca da atividade proposta, cumpre elencar eventuais normativos aplicáveis à espécie, quais sejam: a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses; e as disposições da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que tange ao dever de o servidor guardar sigilo sobre "assunto da repartição" (art. 116, VIII) e a proibição de "revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo" (art. 132, IX).

10. Nesse diapasão, reputa-se fundamental transcrever, *in totum*, o art. 3º, da Lei nº 12.813/2013, *in verbis*:

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

*I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou **influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública**; e*

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou

financeira e que não seja de amplo conhecimento público. (grifos nossos).

11. No que toca ao dever de agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses no desempenho da função pública, reproduz-se, integralmente, o art. 4º, do mesmo diploma normativo, a saber:

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro. (grifos nossos).

12. Ainda, com vistas a facultar a hermenêutica da matéria, impende trasladar seu art. 5º que especifica situações de conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego, no âmbito do Poder Executivo Federal, *ipsis litteris*:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento. (grifos nossos).

13. Outrossim, cabe ressaltar que as disposições da Lei nº 12.813/2013 se aplicam a todos os servidores públicos federais. Por conseguinte, há de se observar a necessária compatibilidade de horários e a vedação absoluta ao comprometimento do desempenho das atribuições inerentes ao cargo público.

14. Nesse mesmo sentido, por derradeiro, à luz do art. 3º, da Portaria CGU nº 651/2016, em eventual realização de atividade privada, ainda que não haja conflito, não se permite ao servidor, em nenhuma hipótese, a utilização de quaisquer recursos da CGU, nem sequer vincular a imagem da CGU ao serviço prestado ou mesmo falar em nome da CGU e representar interesses particulares na instituição.

III - CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, sob escólio do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 12.813/2013, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, particularmente no art. 6º, §2º, combinado com o disposto nas Portarias CGU nº 2.120/13 e nº 651/2016, opina-se pelo afastamento de potencial conflito de interesses relevante, desde que observados os limites estritos da consulta e os documentos que a respaldam.

16. Alfim, diante do interesse de esta Comissão de Ética prover aos servidores a melhor

orientação, sugere-se que, ao registro da decisão no SeCI, seja apensado o presente relatório e que seja esclarecido à chefia do consulente que o vertente parecer e sua deliberação ulterior **não excluem da alçada hierárquica as responsabilidades e as competências relativas ao acompanhamento de jornada de trabalho e de desempenho funcional por parte do requerente.**

17. Salvo melhor juízo, é o parecer.
18. À Comissão de Ética, para apreciação e deliberação.

PAULO ROBERTO SILVA JÚNIOR

Membro suplente - Relator

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO

Certifico que a Comissão de Ética analisou o processo e aprovou, por unanimidade, o Parecer nº 37/2023/CE/GM com reunião não presencial via Teams. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, verificou a inexistência de conflito de interesses relevante para o exercício da atividade privada de prestar assessoria na gestão de contas pessoais de programas de fidelidade (pontos, milhas aéreas e assemelhados).

Trata-se de processo instaurado por servidor(a) com apresentação de consulta sobre o exercício de atividade privada de prestar assessoria na gestão de contas pessoais de programas de fidelidade (pontos, milhas aéreas e assemelhados). Em princípio, o relator entendeu que os elementos apresentados pelo(a) servidor(a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n.º 333/2013. Adiante, à luz das informações prestadas, sugeriu-se o encaminhamento de orientações gerais ao servidor ressaltando a tipificação legal do conflito de interesses, além da necessidade do não comprometimento das atividades do seu cargo público e a compatibilidade de horários, caso decida pela realização de qualquer atividade privada remunerada. Proposta a manifestação pela inexistência de potencial conflito de interesses relevante, com a observância das cautelas descritas, a Comissão decidiu por unanimidade acatar o parecer do relator.

CÉSAR FONSECA RAMALHO

Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **CESAR FONSECA RAMALHO**, Secretário-Executivo da **Comissão de Ética**, em 05/07/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO SILVA JUNIOR**, Membro Suplente, em 05/07/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2865284 e o código CRC 22D8E1E4

